

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

7ª Reunião Extraordinária 08 de Julho de 2020 às 10:00 horas no Ambiente Virtual.

Presidente: Deputado Wellington Moura

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei Complementar 1/2017 (Tramitação Urgência)	Deputado Campos Machado	Altera o inciso II, do artigo 44 da Lei Complementar nº 207, de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo.	Deputado Delegado Olim	favorável	
2	Projeto de lei Complementar 45/2018 (Tramitação Urgência)	Deputado Campos Machado	Altera a Lei Complementar nº 1.062, de 2008, que dispõe sobre requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria voluntária aos policiais civis do Estado.	Deputado Ricardo Mellão	contrário	
3	Projeto de lei Complementar 44/2016	Tribunal de Justiça	Dispõe sobre a criação de Varas, de Ofícios Judiciais, de cargos públicos nos Quadros de Magistrados e de Servidores do Tribunal de Justiça do Estado, e dá outras providências correlatas à competência jurisdicional, organização e divisão Judiciárias do Estado.	Deputado Alex de Madureira	favorável ao projeto e à emenda nº 1	

4	Projeto de lei Complementar 21/2017	Deputado Campos Machado	Acrescenta dispositivo ao artigo 1º da Lei Complementar nº 1.249, de 2014, que dispõe sobre a reclassificação dos vencimentos dos integrantes das carreiras policiais civis e militares, da Secretaria de Segurança Pública, bem como da carreira e classe que especifica, da Secretaria da Administração Penitenciária.	Deputado Ricardo Mellão	contrário	
5	Projeto de lei Complementar 28/2018	Deputado Coronel Camilo	Altera o inciso I e o parágrafo único do artigo 1º da Lei Complementar nº 666, de 1991, que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção de tarifas de transporte às pessoas portadoras de deficiência.	Deputado Alex de Madureira	favorável, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR	
6	Projeto de lei 184/2016	Deputado Cezinha de Madureira	Proíbe a exigência de realização do teste de gravidez e de apresentação do atestado de laqueadura como condição de acesso de mulheres a postos de trabalho nas empresas do Estado.	Deputado Alex de Madureira	favorável	R.M.
7	Projeto de lei 363/2016 Juntado o Projeto de lei 376/2016	Deputado Gil Lancaster	Institui a "Campanha de Atenção Contra o Abandono de Incapazes em Veículos".	Deputado Ricardo Mellão	favorável ao PL 363/16 e ao PL 376/16, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR	
8	Projeto de lei 676/2016	Deputado Cezinha de Madureira	Autoriza o Poder Executivo a criar o serviço "CIDADÃO ON-LINE".	Deputado Paulo Fiorilo	favorável	
9	Projeto de lei 901/2016	Deputado Carlão Pignatari	Institui a "Semana Estadual de Defesa do Consumidor".	Deputado Alex de Madureira	favorável ao projeto, na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor e contrário à emenda da CCJR	

10	Projeto de lei 186/2017	Deputado Edmir Chedid	Regulamenta, nos termos do artigo 25, §3º, da Constituição Federal e artigo 17, III, da Lei federal nº 12.587, de 2012, a exploração de atividade econômica privada de transporte individual intermunicipal e metropolitano de passageiros no Estado.	Deputado Estevam Galvão	favorável, na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Transportes e Comunicações	R.E., A.d.M., R.M.
11	Projeto de lei 540/2017	Deputada Leci Brandão	Estabelece o limite máximo, em quilômetros, para o trajeto a ser percorrido pelos carteiros pedestres, no Estado	Deputado Paulo Fiorilo	favorável. Voto em Separado do Deputado Gil Diniz contrário.	G.D.
12	Projeto de lei 542/2017	Deputado Marco Vinholi	Institui o "Programa Estadual de Alimentação e Nutrição Estudantil", destinados a estudantes oriundos do ensino público e privado do Estado.	Deputado Ricardo Mellão	favorável	
13	Projeto de lei 741/2017	Deputado Gil Lancaster	Determina a inserção do profissional nutricionista na assistência pré-natal, no Estado.	Deputado Ricardo Mellão	contrário	
14	Projeto de lei 742/2017	Deputado Gil Lancaster	Torna obrigatória a divulgação das vagas de emprego disponíveis no Portal Emprega São Paulo, na Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e nos ônibus intermunicipais do Estado.	Deputado Paulo Fiorilo	Ciência do Vencedor	P.F., R.E., C.M.
15	Projeto de lei 746/2017	Deputado Gil Lancaster	Obriga as Clínicas Psiquiátricas e Clínicas de Reabilitação, públicas e privadas, a instalarem sistema de monitoramento com câmeras de vídeo em suas dependências internas.	Deputado Ricardo Mellão	contrário	
16	Projeto de lei 848/2017	Deputado Afonso Lobato	Dispõe sobre a responsabilidade das empresas de reciclagem de materiais orgânicos ou inorgânicos na prevenção de danos ao meio ambiente no Estado.	Deputado Marcio da Farmácia	favorável	
17	Projeto de lei 856/2017	Deputado Gil Lancaster	Autoriza o Poder Executivo a implantar uma unidade móvel do Poupatempo no bairro de Cidade Tiradentes, na Capital.	Deputado Paulo Fiorilo	favorável	

18	Projeto de lei 874/2017	Deputado André Soares	Institui o programa "Alerta de Vida: Socorro Estadual para Menores - AVISEM", com o objetivo de aprimorar o procedimento de recuperação de crianças e adolescentes desaparecidos no Estado.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
19	Projeto de lei 1123/2017	Deputado Gil Lancaster	Permite o rastreamento do aparelho celular através do IMEI e modelo do aparelho quando houver furto ou roubo.	Deputado Ricardo Mellão	favorável	
20	Projeto de lei 1151/2017	Deputado Aldo Demarchi	Autoriza o Poder Executivo a instalar um restaurante "Bom Prato" em Jaú.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
21	Projeto de lei 1158/2017	Deputado André Soares	Regulamenta a informação completa dos itens que fazem parte da cesta de alimentação, higiene ou limpeza.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
22	Projeto de lei 1160/2017	Deputado Coronel Telhada	Institui a Semana de Homenagem aos Heróis de São Paulo.	Deputado Castello Branco	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR	W.M., R.M., P.F.
23	Projeto de lei 1177/2017	Deputado Gil Lancaster	Institui a "Semana de Incentivo à Adoção Tardia".	Deputado Ricardo Mellão	favorável	
24	Projeto de lei 1192/2017	Deputado André Soares	Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurante do Programa "Bom Prato" em Sorocaba.	Deputado Marcio da Farmácia	favorável	
25	Projeto de lei 60/2018	Deputado Gil Lancaster	Cria o "Programa de Prevenção à Síndrome de Capgras", no Estado.	Deputado Roberto Engler	favorável	R.M.
26	Projeto de lei 66/2018	Deputado Gil Lancaster	Cria o "Programa de Prevenção à Síndrome de Alagille", no Estado.	Deputado Paulo Fiorilo	favorável	C.M.
27	Projeto de lei 70/2018	Deputado Gil Lancaster	Cria o "Programa de Prevenção à Síndrome de Alport", no Estado.	Deputado Paulo Fiorilo	favorável	C.M.
28	Projeto de lei 256/2018	Deputado Feliciano Filho	Institui o mês "Abril Laranja" dedicado à campanha de prevenção da crueldade contra os animais.	Deputado Paulo Fiorilo	favorável	

29	Projeto de lei 387/2018	Deputado Afonso Lobato	Torna obrigatória a colocação de cartaz nas Delegacias de Polícia do Estado de São Paulo informando os direitos do advogado no exercício de sua profissão perante as autoridades policiais.	Deputado Ricardo Mellão	contrário	P.F.
30	Projeto de lei 415/2018	Deputado Afonso Lobato	Dispõe sobre a promoção da educação no trânsito na publicidade oficial do Estado.	Deputado Ricardo Mellão	contrário	P.F.
31	Projeto de lei 450/2018	Deputado Wellington Moura	Dispõe sobre os estabelecimentos de uso coletivo, inclusive os restaurantes, que impuserem restrições relativas aos trajes de seus frequentadores, a fim de que informem suas regras de vestimenta por meio de placa ou "banner" perfeitamente visível nas entradas destinadas ao público e de aviso ostensivo nas páginas principais dos "sites" que mantiverem e nas mídias sociais que utilizarem.	Deputado Alex de Madureira	favorável ao projeto e contrário à emenda da CCJR	
32	Projeto de lei 658/2018	Deputado Gil Lancaster	Institui o "Dia Estadual de Ler um E-book".	Deputado Ricardo Mellão	favorável, com a emenda apresentada pela CCJR	
33	Projeto de lei 703/2018	Deputado Gil Lancaster	Institui a "Semana Estadual do Combate à Violência Obstétrica".	Deputado Paulo Fiorilo	favorável	
34	Projeto de lei 231/2019	Deputada Marta Costa	Institui a Campanha Estadual de Conscientização sobre o Consumo de Medicamentos Anorexígenos.	Deputado Alex de Madureira	favorável	
35	Projeto de lei 247/2019	Deputado Rodrigo Gambale	Cria o concurso de pinturas em muros externos das escolas de ensino fundamental e médio do Estado.	Deputado Gil Diniz	favorável	R.M., T.N.
36	Projeto de lei 324/2019	Deputado Marcio Nakashima	Institui o "Dia da Distonía".	Deputado Alex de Madureira	favorável ao projeto, na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Saúde, e contrário ao substitutivo da CCJR	

37	Projeto de lei 385/2019	Deputado Rodrigo Gambale	Cria campanha de alerta para casos de sarampo.	Deputado Gil Diniz	favorável	
38	Projeto de lei 476/2019	Deputada Maria Lúcia Amary	Autoriza o Poder Executivo a criar o Sistema Estadual Integrado de Gestão das Condições de Meio Ambiente, de Trabalho e do Social - SIGESCOMATS.	Deputado Roberto Engler	favorável	C.M., P.F., E.G., R.E.
39	Projeto de lei 538/2019	Deputado Coronel Telhada	Proíbe os hospitais públicos ou privados, clínicas ou congêneres de reterem as macas das ambulâncias do SAMU, do Corpo de Bombeiros Militar e de outras unidades móveis pré-hospitalares de atendimento de urgência de natureza pública ou privada.	Deputado Alex de Madureira	favorável	R.M.
40	Projeto de lei 542/2019	Deputado Rodrigo Gambale	Autoriza o Poder Executivo a implantar uma unidade do Poupatempo em Ferraz de Vasconcelos.	Deputado Gil Diniz	favorável	
41	Projeto de lei 592/2019	Deputado Sargento Neri	Institui o "Dia Estadual da Valorização dos Profissionais da Segurança Pública".	Deputado Delegado Olim	favorável	R.M.
42	Projeto de lei 627/2019	Deputado Rafa Zimbaldi	Torna obrigatória a divulgação da Lei do Minuto Seguinte na rede de saúde pública.	Deputado Paulo Fiorilo	favorável	R.M.
43	Processo 5476/2010	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.EBC 1569/2010 - TC-038280/026/08 e TC038281/026/08 - Julgou irregular os contratos celebrados entre a Secretaria dos Negócios da Segurança Pública e os Consórcio SGM-TAIT e Consórcio Motorola Digital.	Deputado Estevam Galvão	ratifica manifestação anterior, de sua autoria, que solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, para ciência da rescisão do julgado anterior, reputando regulares o pregão presencial internacional e os contratos dele decorrentes	

44	Processo 582/2017	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. GCRMC 101/2017 - TC-036305/026/09 - Julgou irregular o pregão presencial celebrado entre a Secretaria da Segurança Pública-Polícia Militar do Estado de São Paulo - Centro de Suprimento e Manutenção de Material de Intendência e a empresa Capricórnio S.A.	Deputado Estevam Galvão	que reconhece a decisão do TCE e, uma vez que o contrato encontra-se exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	
45	Processo 1401/2017	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC.ARC 214/2017 -TC-030299/026/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos-CPTM e a empresa Unitech Tecnologia de Informação S.A.	Deputado Estevam Galvão	que reconhece a decisão do TCE e, uma vez que o contrato encontra-se exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	
46	Processo 2036/2018	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.SEB 257/2018 - TC-033687/026/06 - Julgou irregulares a tomada de preços e o contrato celebrado entre a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos e a empresa Vetec Engenharia Ltda.	Deputado Estevam Galvão	que reconhece a decisão do TCE e, uma vez que não cabe mais a sustação do contrato, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	
47	Processo 5052/2018	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGCRRM 1286/2018 - Processo e TC-6753.989.15-1 - Julgou irregulares o pregão e contrato celebrados entre a SABESP e o Consórcio C&P-IHM (composto pelas empresas C&P Engenharia de Automação, Instrumentação e Controle Ltda. e IHM Engenharia e Sistema de Automação Ltda.	Deputado Estevam Galvão	que concorda com a decisão do TCE, propõe envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	T.N.

48	Processo 638/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.ECR 351/2019 - TC-24542/026/09 - Julgou irregulares a concorrência e o contrato celebrados entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos-CPTM e o Consórcio TSHO-Calmon Viana, composto pelas empresas Tejofran de Saneamento e Serviços Ltda., SPA Engenharia Indústria e Comércio Ltda., Heleno & Fonseca Construtécnica S.A. e O&M Implantação de Projetos Especiais Ltda.	Deputado Estevam Galvão	que reconhece a decisão do TCE e, uma vez que o contrato encontra-se exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	
49	Processo 5211/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. GCRMC 828/2019 - TC-06950/026/14 - Julgou irregulares o pregão eletrônico, o contrato e o termo de rescisão contratual amigável, celebrados entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, e a empresa Aynil Soluções S/A.	Deputado Estevam Galvão	que reconhece a decisão do TCE e, uma vez que o contrato encontra-se exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	
50	Processo 5728/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. GCRMC 1282/2019 - TC-14756/026/09 - Julgou irregulares a concorrência e o contrato celebrados entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa TEMAFE Engenharia e Construções Ltda.	Deputado Estevam Galvão	que concorda com a decisão do TCE, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	R.E., T.N.
51	Processo 7955/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Ofício CGCRRM nº 1502/19 - TC-2205/006/09 - Julgou irregulares a concorrência e o contrato celebrado entre a Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo e a empresa Sistema Engenharia e Arquitetura Ltda., ilegais os correspondentes atos de despesa, e irregulares os Termos de Aditamento (do 1º ao 7º).	Deputado Estevam Galvão	que concorda com a decisão do TCE, propõe envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	T.N.

52	Processo 8532/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. GCRMC 1803/2019 - TC-44066/026/08 - Julgou irregulares a dispensa de licitação e o contrato firmado entre a Fundação Butantan e a empresa Fae System, Indústria, Comércio, Manutenção e Montagens Ltda.	Deputado Estevam Galvão	que concorda com a decisão do TCE, propõe envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	T.N.
53	Processo 9017/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.DER. 2250/2019 - TC-6059/989/15-2, TC-14206/989/16-2 e TC-19800/989/17-0 - julgou irregular o convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação - SEE/Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares - CISE, e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação.	Deputado Estevam Galvão	que reconhece a decisão do TCE e, uma vez que o contrato encontra-se exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	
54	Processo 9480/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.DER 2351/2019 - TC-12654/026/11 - Julgou irregulares a concorrência e o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE, e a Associação Civil Cidadania Brasil.	Deputado Estevam Galvão	que reconhece a decisão do TCE e, uma vez que o contrato encontra-se exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

7ª Reunião Extraordinária 08 de Julho de 2020 às 10:00 horas no Ambiente Virtual.

Presidente: Deputado Wellington Moura

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
55	Projeto de decreto legislativo 24/2019	Comissão de Finanças e Orçamento e Planejamento	(CONCLUSIVA) Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado prolatada no processo TC-42907/026/10, que julgou regulares os termos aditivos e modificativos do Contrato celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado - DER e a empresa S.O. Pontes Engenharia Ltda.			C.M., P.F., E.G., T.B., R.E.

PARA CIÊNCIA:

- Ofício 91/2020-PL, da Câmara de Itápolis, encaminhando, para ciência, a Moção 01/20, de autoria do Vereador Ricardo Ordine Gentil Negrão, apelando ao Presidente da República, ao Ministro da Economia, e aos Presidentes da Câmara Federal e Senado, no sentido de 'incluir a diminuição da alíquota de ICMS de combustíveis como um dos temas da reforma tributária e revisão do pacto federativo'.

- Ofício CMH 030-05/2020, da Câmara de Hortolândia, encaminhando a Moção 18/20 de autoria do Vereador Valdecir Alves Pereira, apelando aos Deputados Estaduais para deliberar o PLC 44/16, de autoria do TJ, que dispõe sobre a criação de varas, de ofícios judiciais e de cargos públicos nos quadros de magistrados e de servidores daquele órgão (ofício juntado ao PLC 44/16, que se encontra tramitando nesta Comissão).

- Of. 451/2020, do Ministério Público do Estado de São Paulo, encaminhando documentação da 5ª Promotoria de Justiça de São José do Rio Preto, informando sobre o arquivamento da documentação enviada por esta Casa (referente ao RGL 5423/19, que trata de contrato julgado irregular entre a Diretoria de Ensino de São José do Rio Preto e a empresa PRM Serviços e Mão de Obra Especializada Eireli), uma vez que não foi considerada a existência de dolo ou de evidente má-fé, que caracterizam a prática de ato de improbidade administrativa.